



Nova regra do superávit de 2014 segue para exame do Congresso

Comissão Mista de Orçamento aprovou projeto do governo que permite abatimento, na poupança fiscal, dos gastos do Programa de Aceleração do Crescimento e das desonerações

Se o Congresso confirmar a aprovação da proposta, em votação que pode acontecer hoje, a meta fiscal deste ano torna-se flexível, pois o abatimento supera o valor inicialmente previsto, de R\$ R\$ 116,1 bilhões. Mesmo um déficit fiscal poderá ser reconhecido como resultado dentro da meta.

A aprovação em comissão de senadores e deputados, no início da madrugada de hoje, aconteceu em sessão tensa. A votação teve que ser feita duas vezes devido a acusações de não cumprimento das fases regimentais. A nova estimativa do governo é que o resultado fiscal deste ano seja positivo em R\$ 10,1 bilhões. **3**

O senador Romero Jucá (2º à esq.), relator do projeto, argumenta que a flexibilização da meta fiscal foi a melhor resposta possível no cenário econômico atual



Moreira Manz/Agência Senado

Lei Geral das Antenas pode ser votada hoje pelo Plenário

Pauta inclui proposta que unifica regras para instalação e compartilhamento de torres, além de agilizar os processos de autorização para as empresas de telecomunicações. Entre os

demais projetos a serem analisados pelos senadores, estão o que define o emprego de armas não letais em ações policiais e o que permite o uso do espaço aéreo por militares estrangeiros. **8**

Programação da TV Senado começa a ser transmitida ao vivo no YouTube 2

CPI mista deve fazer acareação entre Costa e Cerveró **7**

Debate avalia licença classista remunerada para servidor **6**

Ricardo Sanches/PMPA



Qualidade de vida até os 6 anos determina comportamento na fase adulta, segundo especialistas

Evento exige atenção à 1ª infância

Começam hoje no Senado as atividades da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, com palestras de es-

pecialistas do Brasil e do exterior que advertem para a necessidade de afeto e educação para crianças de zero a 6 anos de idade. **4 e 5**

Pesquisa FGV comprova
Senado é 100% transparente

SENADO FEDERAL



Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

As transmissões da TV Senado em dois canais no YouTube serão feitas ao vivo e sem edição ou cortes. Isso, segundo o Google, faz da emissora a primeira no mundo a oferecer esse tipo de serviço



Funcionários da TV Senado trabalham no estúdio para gerar a programação que será transmitida ao vivo pela internet

TV Senado estreia hoje programação no YouTube

A TV SENADO começa a operar com multiprogramação ao vivo em dois canais no YouTube hoje. No decorrer de 2015, serão implantados mais seis canais. Segundo o Google, será a primeira emissora no mundo a fazer multiprogramação ao vivo no YouTube, sem edição e sem cortes.

Com a transmissão simultânea com o canal aberto, o internauta terá a vantagem de poder voltar até quatro horas na programação já exibida. Assim, às 18h, será possível retornar a transmissão e assistir à sessão plenária desde o início, às 14h. O canal 1 exibirá a programação normal da emissora. O canal 2 veiculará outra atividade legislativa que esteja ocorrendo simultaneamente. O canal 2 só permanecerá disponível no YouTube enquanto

houver atividade ao vivo a ser transmitida.

A transmissão do canal 1 inicia-se hoje, às 9h, com a veiculação ao vivo da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), que deverá votar, entre outros, o PLS 54/2014, de José Agripino, que deduz do imposto de renda investimentos em empresas *startups*. Às 9h30, o canal 2 passa a transmitir ao vivo, do Auditório Petrônio Portella, a solenidade de abertura da 7ª Semana de Valorização da Primeira Infância, que irá debater, de hoje a quinta-feira, as neurociências e as ações na área da educação.

Além dos oito canais ao vivo, está prevista para 2015 a publicação no YouTube das íntegras das atividades

legislativas (reuniões das comissões e sessões plenárias) no mesmo dia da gravação. E a TV Senado, em conjunto com o Prodasen e o Cedoc-Multimídia, está trabalhando para que, até 2017, seja disponibilizado todo o acervo gravado pela emissora desde sua criação. Todo o conteúdo será publicado com uma qualidade de imagem superior à que hoje é oferecida pelo site da TV Senado.

A TV Senado já possui um canal de vídeos no YouTube desde dezembro de 2010. Porém, só a partir de abril de 2014, com o início das negociações com o Google para a disponibilização da multiprogramação ao vivo, foi possível publicar o acervo de mais de 42 mil arquivos de vídeo disponíveis no site da emissora.

Comissão examina restrição a pesquisas

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode votar amanhã a PEC 57/2012, que proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais nos 15 dias que antecedem as eleições. A proposta foi discutida na última reunião da comissão, no dia 19, mas os senadores pediram vista coletiva para estudar melhor a matéria.

De autoria de Luiz Henrique (PMDB-SC), a PEC tem o objetivo de evitar a interferência das pesquisas no resultado final, uma vez que os cenários apresentados por vezes se mostram completamente distintos dos efetivamente apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A reunião está marcada para as 10h.

A legislação eleitoral em vigor não determina prazo-limite para divulgação de pesquisas. Elas podem ser feitas a qualquer momento, inclusive no dia das eleições, desde que registradas até cinco

dias antes do pleito. Somente pesquisas de boca de urna (aquelas em que as entrevistas são feitas no dia da eleição) têm divulgação proibida até a conclusão da votação.

A PEC recebeu parecer favorável de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Apesar de lembrar que o Supremo Tribunal Federal (STF) já considerou inconstitucional projeto que impede a divulgação de pesquisas nos dias anteriores à eleição, sob o argumento de que a Constituição garante o direito à informação, Randolfe concordou com o argumento de possível interferência no resultado das urnas.

Também na pauta da reunião da CCJ está o PLS 132/2014, que busca aumentar a participação feminina no Senado. Apresentada por Anibal Diniz (PT-AC), a proposta prevê que, nas eleições em que houver renovação de dois terços do Senado, uma vaga por estado

será reservada às mulheres.

No Senado, os mandatos duram oito anos. A renovação das bancadas não se dá de uma vez, no mesmo pleito. Em uma eleição são eleitos 27 candidatos e, na seguinte, quatro anos depois, 54.

Nas eleições deste ano, dos 27 senadores eleitos, apenas 5 são mulheres (18,5%). O percentual, ainda baixo, é superior ao das eleições de 2010, quando 7 senadoras foram eleitas na disputa de 54 vagas da Casa (13% do total).

Segundo Anibal, esses números colocam o Brasil nas últimas posições do ranking mundial de participação feminina na política.

O projeto recebeu parecer favorável de Paulo Paim (PT-RS). Como a proposta tramita em caráter terminativo na CCJ, se não houver recurso para apreciação em Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Viana quer que aéreas melhorem serviços no Acre

Jorge Viana (PT-AC) pediu à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e à Infraero que intercedam para que as companhias aéreas melhorem a qualidade dos serviços prestados ao estado do Acre. Para ele, é preciso que as empresas aumentem o número de voos e que os preços sejam mais justos.

O senador informou que



uma passagem de Rio Branco a Buenos Aires custa, em média, R\$ 1,6 mil, já a de Rio Branco a Brasília fica por R\$ 1,9 mil.

— O governo federal fez a parte dele. E o que é que as companhias aéreas estão fazendo? Elas pioraram a qualidade do serviço que tínhamos, diminuíram a quantidade de voos, que são todos na madrugada — disse.

Mozarildo reitera apoio a investigações em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) reiterou seu apoio ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima pela fiscalização de irregularidades na Secretaria da Saúde de Roraima e na Prefeitura de Boa Vista. Ele se solidarizou especialmente com os conselheiros Cilene Salomão e Joaquim Pinto Souto Maior Neto, que, há poucos dias,



foram criticados pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

— Devia ser condenável se fizessem o contrário: se, tendo indícios e até denúncias de corrupção, não tomassem nenhuma providência, principalmente na questão da saúde, porque todos os atos foram exatamente na área de saúde — afirmou o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Lei das Antenas**
14h Na pauta, o projeto de Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012) e o que disciplina o uso de armas não letais por agentes de segurança (PLS 256/2005).
- PRESIDÊNCIA Congresso**
9h30 Renan participa de cerimônia pelos 30 anos de instalação da Delegação da União Europeia no Brasil. Às 10h30, abertura da 7ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Às 11h30, recebe o senador Eduardo Amorim e parlamentares de Sergipe. Às 14h45, reunião da bancada do PMDB. Às 15h30, preside sessão do Congresso para análise de vetos e de projetos. Às 16h, preside a ordem do dia. Às 18h, recebe os presidentes dos TRTs de Alagoas, Rondônia e Goiás.
- CCT Startups**
9h A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa o PLS 54/2014, do senador José Agripino, que deduz do imposto de renda investimentos em *startups*.
- CMA Impostos nos veículos**
9h30 A comissão analisa o PLC 49/2014, que obriga as agências de veículos a informarem o valor dos tributos incidentes sobre a venda.

- SEMINÁRIO Primeira infância**
9h30 De hoje a quinta-feira, em Brasília, e na sexta, no Rio, o Senado promove, em parceria com outras organizações, a 7ª Semana de Valorização da Primeira Infância, com foco em neurociências e educação.
- CAE Assistência à saúde**
10h A comissão examina, entre outras propostas, o PLS 259/2009, que permite participação de empresas e de capital estrangeiro na assistência à saúde.
- CE Educação integral**
11h Entre os projetos na pauta da comissão, está o PLS 255/2014, que implanta educação integral no ensino fundamental.
- CAS Licença para servidor**
11h Debate a licença remunerada para o servidor federal que desempenha atividade sindical, com o ônus para a União.
- CONGRESSO Vetos**
15h Sessão do Congresso para votação de vetos abre caminho para votação de mudança na LDO 2014 pedida pelo governo.
- CCAI Requerimentos**
16h A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência aprecia requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Comissão muda cálculo do superávit de 2014

Segundo projeto que segue para votação do Congresso, governo poderá abater na poupança fiscal os gastos do Programa de Aceleração do Crescimento e as desonerações

APÓS QUASE QUATRO horas de discussão, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o projeto do governo (PLN 36/2014) que altera a meta de resultado primário deste ano, permitindo abater da poupança fiscal todos os gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as desonerações de tributos concedidas ao longo do ano.

O texto foi aprovado duas vezes porque, na primeira vez, a oposição reclamou que não tinham sido cumpridas fases regimentais. O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), foi acusado de não ter dado espaço para orientação dos votos, uma das fases do procedimento. A segunda votação foi nominal por exigência da oposição, com 23 votos favoráveis e 6 contrários.

Com a mudança, a meta fiscal — que oficialmente, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor, é de R\$ 116,1 bilhões para o governo federal, com abatimento limitado a R\$ 67 bilhões — torna-se flexível, pois o abatimento supera o valor. Mesmo um déficit poderá ser reconhecido como um resultado dentro da meta.

O relator do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR), fez

um discurso em favor da proposta. Segundo ele, a opção do governo pela flexibilização da meta fiscal foi a melhor resposta possível no cenário econômico atual.

— Não estamos aqui desonerando a meta. Estamos ampliando a banda de redução do superávit primário — afirmou Jucá

Na sexta-feira, em documento enviado ao Congresso, o governo se comprometeu a conseguir R\$ 10,1 bilhões de superávit, resultado de um abatimento total, no ano, de R\$ 106 bilhões.

Governistas e oposição mostraram visões diferentes. Para a oposição, o projeto é uma “anistia fiscal” ao governo, como afirmou o deputado Izalci (PSDB-DF), e representa a falência das contas públicas.

Na base aliada, os discursos destacaram a situação fiscal do país, que estaria melhor do que a de outras nações, segundo parlamentares. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que o país tem uma situação melhor do que países como França e Itália, com dívida líquida de 33,6% do produto interno bruto (PIB).

A CMO também aprovou parecer de Jucá contrário aos 39 destaques apresentados.

(Com Agência Câmara)



A reunião da comissão foi marcada por protestos de parlamentares contrários à aprovação do projeto do Executivo

Audiência avaliará paralisação de obras

Hoje a CMO avalia recomendações de paralisação de obras e serviços de engenharia com indícios de irregularidades graves apontados em relatório do Tribunal de Contas da União (TCU).

As obras constam do Projeto de Lei Orçamentária de 2015 (PLN 3/2014). A audiência servirá para subsidiar os senadores e os deputados sobre o bloqueio ou desbloqueio de contratos,

convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a esses empreendimentos. O acompanhamento do TCU é feito por meio de relatórios, que são submetidos ao exame do Congresso.

Foram convidados para a audiência o presidente do TCU, Augusto Nardes; o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Antonio Henrique de Carvalho Pires; o diretor-geral do

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Tarcísio Gomes de Freitas; e os representantes dos Ministérios do Esporte e das Cidades Ricardo Garcia Cappelli e Osvaldo Garcia, respectivamente.

A audiência é uma iniciativa do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI), que funciona no âmbito da CMO.

TCU recomenda normas para as contas

Em acórdão recentemente aprovado, o Tribunal de Contas da União (TCU) sugere a adoção de uma metodologia fixa para o cálculo do resultado primário das contas do governo federal. De autoria do ministro Raimundo Carreiro e aprovado pelo Plenário do TCU, o documento observa que o governo tem lançado mão de ajustes não convencionais para conseguir fechar o ano com superávit primário, que é o dinheiro economizado para pagamento de juros da dívida pública.

De acordo com o tribunal, o governo só obteve superávit primário de R\$ 77 bilhões em 2013 por usar receitas atípicas, como o leilão do campo petrolífero de Libra nos últimos meses do ano, renegociação de dívidas tributárias e previdenciárias de grandes empresas e transações contábeis com dividendos e juros envolvendo o Tesouro Nacional e o BNDES, entre outros.

Além disso, aponta o acórdão, o montante de mais de R\$ 130 bilhões de restos a pagar de Orçamentos passados não foram contabilizados no cálculo do superávit primário de 2013. Para o TCU, se o governo usasse metodologia

mais convencional para esse cálculo, o país teria fechado o ano passado no vermelho, com déficit primário de, pelo menos, R\$ 43 bilhões.

O acórdão do TCU adverte que, até hoje, não foi cumprida a recomendação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a criação de uma norma específica destinada a estabelecer metodologia fixa de apuração dos resultados primário e nominal das contas públicas.

Queda de confiança

“Não há metodologia oficial, aprovada pelo Legislativo, de cálculo de resultados primário e nominal nem limites aprovados em normativos que permitam efetiva fiscalização sobre os níveis de endividamento da União”, afirma o texto. Sem regulamento, fica a cargo do Banco Central fazer o cálculo. Diante disso, segundo o acórdão, as “práticas não recomendáveis de alcance das metas fiscais” podem ocasionar a queda de confiança no Brasil e o rebaixamento da nota do país por agências internacionais.

“Fica demonstrado que não se pode falar propriamente de esforço fiscal sustentável do

governo. Daí a necessidade de lançar mão de instrumentos, suportados por alterações normativas e outros procedimentos heterodoxos nos finais de exercício, que possibilitem anunciar o cumprimento da meta fiscal. Tem-se utilizado o Executivo de contabilização de receitas atípicas, restos a pagar, exclusão de empresas da abrangência institucional de apuração do resultado e exclusão de despesas no âmbito do PAC para informar à sociedade um resultado primário que não se mostra sustentável se dele forem excluídos alguns valores resultantes desses procedimentos atípicos”, avalia o TCU.

O senador Jorge Viana (PT-AC) acredita que os gastos do governo com o PAC e a diminuição da arrecadação federal devido às desonerações tributárias têm de ser usados para abater a meta de superávit. Para ele, o PAC fortalece a infraestrutura do país e as desonerações estimulam a economia. Já o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) avalia que o governo vem errando há anos ao usar de manobras para fechar as contas. Na opinião dele, o Executivo “frauda balanços”.

Nova meta fiscal prevista pelo governo é de R\$ 10,1 bi

Se a proposta do governo (PLN 36/2014) for aprovada também em Plenário, a meta de superávit primário será de R\$ 10,1 bilhões em 2014, contra a meta anterior prevista de R\$ 80,774 bilhões. A nova estimativa consta do *Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias*, publicado pelo Ministério do Planejamento na sexta-feira, com parâmetros para a execução do Orçamento.

Pela proposta, os gastos relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) poderão ser abatidos do teto da meta. Assim, o abatimento previsto pelo Ministério do Planejamento seria de R\$ 106 bilhões, compatível com resultado de R\$ 10,1 bilhões. Sem a mudança, o governo acumula um déficit superior a R\$ 20 bilhões.

O governo alega que, assim como ocorreu em muitos países, o cenário internacional influenciou a economia brasileira. O senador Jorge Viana (PT-AC) disse que as alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias são uma atividade cotidiana, uma vez que

as propostas orçamentárias dos últimos sete anos passaram por modificações. Ele observou que compromissos do governo estão mantidos.

O governo já encaminhou ao Congresso a atualização dos parâmetros econômicos para a elaboração do Orçamento de 2015. A taxa de crescimento do PIB foi revista de 3% para 2%. A meta de inflação (IPCA) passou de 5% para 6,10%. O PIB nominal foi reduzido de R\$ 5,756 trilhões para R\$ 5,607 trilhões, e a taxa de câmbio média passou de R\$ 2,45 para R\$ 2,57. A previsão para a taxa básica de juros anual (Selic) passou de 10,91% para 11,66%.

A atualização dos parâmetros está prevista no projeto de LDO de 2015. As projeções de crescimento do PIB de 2014 e 2015 foram revistas devido à deterioração do cenário internacional, com menor perspectiva de crescimento das principais economias; à elevada volatilidade nos mercados financeiros mundiais, com projeção de elevação da taxa de juros; e à possibilidade de deflação na área do euro.

Senado reúne especialistas para propor mais atenção à primeira infância

Semana de oficinas e palestras procura ampliar a conscientização sobre a importância da educação e do afeto para crianças até os 6 anos de idade, quando se define o tipo de comportamento social a ser vivenciado na fase adulta. Com inscrição gratuita para todos os interessados, evento terá especialistas brasileiros e estrangeiros que vão explicar o desafio sob diferentes aspectos

COMEÇA HOJE, NO Senado, a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, aberta ao público e com inscrição gratuita. É o sétimo ano consecutivo que a Casa promove o evento, que se consolida no calendário nacional de seminários consagrados à infância e que traz especialistas de diversos estados e de outros países para divulgar e discutir estudos e projetos desenvolvidos no Brasil e no mundo. Neste ano, o tema central é as “Neurociências e educação na primeira infância: progressos e obstáculos”.

A primeira infância vai de zero a 6 anos de idade, fase primordial no desenvolvimento físico e psíquico, na formação da personalidade e na consolidação da convivência familiar e comunitária.

Até quinta-feira, a programação acontece no Senado, com 14 oficinas conduzidas por especialistas e previsão de 500 participantes no Auditório Petrólio Portella, no auditório do Interlegis e no auditório e em salas do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Na sexta-feira será a vez de a programação acontecer na Universidade Federal Fluminense, em Niterói (RJ), quando são esperadas 200 pessoas.

O objetivo é apresentar novas informações da ciência e da prática educacional que contribuam para que o poder público e a sociedade deem mais atenção à primeira infância como fase primordial da formação e do

desenvolvimento da pessoa.

A semana tem como principal público-alvo pedagogos, educadores, médicos, psicólogos, legisladores, representantes dos Poderes Executivo e Judiciário, gestores públicos e privados nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento social e direitos humanos, professores e estudantes universitários, profissionais de imprensa, membros de organizações não governamentais e instituições da sociedade civil.

Vínculo afetivo

A coordenadora da Comissão da Primeira Infância e Cultura de Paz do Senado, Lisle Heusi de Lucena, destaca a importância do envolvimento da família e do vínculo afetivo nessa fase da vida da criança.

— O cérebro da criança, aos 6 anos, já tem metade do tamanho do de um adulto. O carinho dos pais nessa fase é fundamental para que ela não venha a se tornar uma pessoa agressiva no futuro — afirmou.

Lisle também falou sobre a escolha do tema do evento, que se deu por meio de um comitê científico da comissão, que conta com professores de Brasília, São Paulo e da Universidade de Paris.

— Vamos discutir o conceito da epigenética, que é a forma como a criança se desenvolve de acordo com o ambiente em que foi criada. Uma criança sem vínculo afetivo tem tudo para se tornar um adulto agressivo — explicou Lisle.

Outro ponto abordado pela coordenadora foi a falta de preparo dos cuidadores das creches e abrigos públicos no Brasil. Segundo Lisle, falta competência para os profissionais que cuidam das crianças.

— Muitas delas são maltratadas, até abusadas sexualmente. O governo tem que investir na melhoria das creches, na valorização do professor e melhorar o conhecimento que esses profissionais precisam ter sobre essa fase da vida da criança.

Debate

Entre os destaques do evento, estão as francesas Françoise Molénat, psiquiatra, e Bernadette Rogé, psicóloga. Françoise vai falar sobre o tema “Estresse e gravidez: impacto do ambiente humano”. Bernadette abordará o assunto “Autismo precoce e neurociências”.

Entre os especialistas brasileiros convidados, estão a neurocientista e bióloga Suzana Herculano-Houzel, conhecida pelo trabalho de divulgação científica, inclusive por meio de colunas publicadas por grandes jornais. Professora universitária, ela fará amanhã uma conferência sobre o tema “De matéria-prima a esultura: a neurociência do desenvolvimento infantil e do aprendizado”.

Alfred Sholl-Franco, biofísico e neurocientista que integra o corpo de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abordará o tema “Neurociências e educação: desafios e perspectivas na primeira infância”, também amanhã.

Outros especialistas brasileiros que participarão das oficinas e conferências serão a psicóloga Maria Clara Nassif, o pediatra Antonio Marcio Lisboa, o nutricionista Bruno Araujo, a psicanalista Cláudia Mascarenhas e Jaqueline Wendland,



Melhoria de creches e capacitação de professores da educação infantil são políticas prioritárias, segundo coordenadora do seminário, para que as crianças tenham uma boa formação física, psíquica e social

psicóloga brasileira radicada em Paris, representante da Universidade Paris Descartes. A instituição e a Embaixada da França são parceiras do Senado no evento.

Na Biblioteca do Senado, haverá, amanhã, lançamento de livros de Maria Clara e de Sholl-Franco.

Audiência conjunta

Amanhã as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) farão, às 10h, audiência pública conjunta para tratar dos aportes das neurociências à compreensão do

desenvolvimento infantil. O debate estará aberto à participação interativa de internautas, pelo Portal e-Cidadania do Senado. Especialistas que participam das conferências estarão na audiência. A proposta do debate foi dos senadores Ana Rita (PT-ES) e Cyro Miranda (PSDB-GO).

PARTICIPE AMANHÃ ÀS 10h

- ▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ Tempo real: <http://bit.ly/CEneuro>
- ▶ Facebook: [ecidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ Twitter: [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ TV: www.senado.leg.br/TV
- ▶ Alô Senado: 0800 612211
- ▶ Taquigrafia: <http://bit.ly/comissaoEducacao>



O senador Pedro Simon (C) participou, no ano passado, da abertura da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

Marco legal em exame no Congresso estabelece prioridade para crianças

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o projeto de lei que prevê a instalação do Marco Legal da Primeira Infância. A proposta incluiu no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) direitos específicos para crianças de zero a 6 anos de idade. De autoria do deputado Osmar Terra (PMDB-RS), o texto define que crianças nessa faixa etária terão prioridade no atendimento das políticas públicas, especialmente aquelas que se encontram em situação precária. O projeto também proíbe a publicidade infantil na televisão entre as 8h e as 18h. O relator da proposta, deputado João Ananias (PCdoB-CE), destaca a importância do projeto.



Paulo Paim considera fundamental aprovar o projeto no Congresso quanto antes

— Os estudos mais recentes da neurociência mostram que é a fase de vida absolutamente importante e de uma especificidade muito grande, porque é o período em que acontecem

as formações dos neurônios, das sinapses, a formação do cérebro nas áreas mais críticas na área da inteligência, do afeto, do aprendizado e muitas outras áreas. E essas áreas se comuni-

cam entre si. E está provado que quando há maus-tratos, quando há omissões, quando há estresse prolongado nessa fase da primeira infância, de zero a 6 anos, a formação dessa sinapse ocorre num número menor. Então, isso dura para o resto da vida e fica comprometido.

A proposta do marco legal foi apresentada pela Frente Parlamentar da Primeira Infância e está sendo analisada por uma comissão especial, que já fez audiências públicas e seminários com vários especialistas. O deputado João Ananias está reunindo dados para apresentar o relatório.

— Nós estamos discutindo no Brasil todo, já fizemos vários en-

contros de audiências públicas e seminários, para poder colher o máximo de propostas para fazermos um grande relatório e poderemos contribuir com políticas públicas mais férteis e mais pródigas em relação à primeira infância — afirmou o deputado.

O senador Paulo Paim (PT-RS) salienta que aprovar o projeto quanto antes é fundamental.

— Sou um generalista. Minha atuação no Parlamento está pautada pelas grandes causas sociais. Regular o direito das crianças de até 6 anos pode garantir que elas tenham uma infância com maior qualidade e o mais importante: segurança.

(Com Rádio Câmara)

Cultura da paz combate a violência por meio do diálogo

O movimento Aliança pela Infância define a cultura de paz como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida que se baseiam, entre outros, no respeito à vida, ao ser humano e à dignidade; no combate à violência pela educação, pelo diálogo e pela cooperação; e na adesão aos princípios de liberdade, justiça, solidariedade e tolerância, buscando a compreensão entre povos, comunidades e pessoas.

A década 2001–2010 foi decretada pela ONU como a Década Internacional pela Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo. Para guiar as ações, elaborou-se o Manifesto 2000 por uma Cultura de Paz, que traz seis pilares: respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta, redescobrir a solidariedade. O tema tem reunido profissionais, ONGs e movimentos que querem garantir às crianças direitos fundamentais.

Saiba mais

Programação do seminário <http://bit.ly/programacaoinfancia>

Plano Nacional pela Primeira Infância: <http://bit.ly/planoInfancia>

Kit de desenvolvimento da Primeira Infância, do Unicef <http://bit.ly/kitInfancia>

Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância <http://bit.ly/caracteristicasInfancia>

Livro Nota 10: primeira infância <http://bit.ly/livroNota10>

Balanco da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo <http://bit.ly/balancoPaz>

Marco Legal da Primeira Infância (PL 6.998/2013) <http://bit.ly/PL6998>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Qualidade da vida até os 6 anos define fase adulta

A primeira infância, segundo o Instituto Camargo Corrêa, é a base para todas as aprendizagens humanas. Estudos mostram que a qualidade de vida de uma criança entre o nascimento e os 6 anos de idade pode determinar as contribuições que dará à sociedade quando adulta. Se esse período incluir suporte para o crescimento cognitivo, desenvolvimento da linguagem, habilidades motoras, adaptativas e aspectos socioemocionais, a criança terá uma vida escolar bem-sucedida e relações sociais fortalecidas.

Aliado à boa alimentação, o estímulo adequado às crianças de até 6 anos gera benefícios que vão do aumento de aptidão intelectual (que qualifica o acompanhamento escolar e diminui os índices de repetência e de evasão escolar) à formação de adultos preparados para aprender a lidar com os desafios do cotidiano. Nesse sentido, a educação infantil tem papel primordial.

A primeira etapa da educação básica complementa a ação da família no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social. Oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas para crianças de

4 e 5 anos, a atividade exige atenção especial.

Estudos demonstram que é durante a primeira infância que o cérebro humano desenvolve a maioria das ligações entre os neurônios. Até os 3 anos de idade, as cerca de 100 bilhões de células cerebrais com as quais uma criança nasce desenvolvem 1 quadrilhão de ligações. O número é o dobro de conexões que um adulto possui. Aos 4 anos, estima-se que a criança tenha atingido metade do potencial intelectual.

Quando focado em famílias em situação de pobreza, o desenvolvimento infantil pode romper um ciclo de falta de oportunidades. No Brasil, o grupo é um dos mais vulneráveis da população. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2006), quase metade (45%) das famílias brasileiras com crianças de zero a 6 anos vive com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo. Altas taxas de mortalidade, desnutrição infantil, falta de registro civil, violência doméstica e a tradição do cuidado básico em detrimento da prática educacional são algumas das condições adversas ao pleno desenvolvimento infantil que devem ser observadas em políticas públicas.



Alimentação e educação são pilares do desenvolvimento na primeira infância

Projeto considera albergues como serviço turístico

Proposta na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional explicita a inclusão dos albergues na lista de prestadores de serviços previstos na Lei Geral do Turismo

A INCLUSÃO EXPRESSA dos albergues na lista dos prestadores de serviços turísticos previstos pela Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008) é proposta em projeto de lei (PLS 511/2011) que será examinado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) amanhã. O autor do texto é o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Ao justificar a proposição, o autor assinala que os albergues são um dos meios de hospedagem mais utilizados por jovens viajantes ao redor do mundo. Ele destaca a proximidade dos grandes eventos esportivos programados para o Brasil para evidenciar a importância de meios de hospedagem mais baratos. A lei já inclui “meios de hospedagem” em geral, como prestadores de serviços turísticos, mas Rollemberg considera necessária a previsão expressa, com a definição da atividade.

De acordo com o projeto, albergues são “estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades coletivas, podendo contar com algumas unidades individuais, ofertando serviços coletivos necessários aos usuários, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária”.

A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), lamentou a falta de regulamentação do texto durante a realização da Copa do Mundo e considerou oportuno



Albergue em Olinda, Pernambuco: hospedarias que oferecem alojamento coletivo são muito utilizadas por jovens no mundo inteiro em razão dos preços cobrados

que a proposta tenha aprovação concluída pelo menos a tempo das Olimpíadas de 2016. Em sua avaliação, esse será um dos legados dos megaeventos esportivos para o turismo.

O projeto recebeu antes parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com emendas para aperfeiçoamento do texto. Lídice defende o mesmo formato na CDR, onde a decisão será terminativa. Se aprovada, portanto, a matéria seguirá de imediato para avaliação na Câmara, a menos que haja recurso para que seja votada em Plenário.

Faixa não edificável

A CDR também deve analisar, em caráter terminativo, o

PLS 66/2014, de Paulo Bauer (PSDB-SC). A proposta extingue o limite não edificável uniforme e predeterminado de 15 metros de cada lado em rodovias e ferrovias e passa a fixá-lo de acordo com cada situação.

Além disso, o projeto indica que as faixas não edificáveis e as limitações à edificabilidade incorporarão as restrições vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações ou fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. Bauer argumenta que não se pode “fixar de antemão as dimensões precisas de cada

restrição, pois essas dependem de uma avaliação do território que se pretende urbanizar ou reurbanizar”.

Para o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a proposição se justifica porque permite o tratamento desigual de situações desiguais. Ele lembra que, originalmente, a Lei 6.766/1979 estabelecia a reserva de uma faixa não edificável de 15 metros de cada lado ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos. Mais tarde, percebeu-se que essa exigência inviabilizaria a instalação de oleodutos e gasodutos de interesse público. Argumentava-se, recorda ele,

que a grande incidência de ocupações irregulares, inclusive em faixas não edificáveis adjacentes a dutovias, levaria à remoção indiscriminada dos moradores ou ensejaria a paralisação de importantes sistemas de abastecimento de gás natural, álcool e petróleo e seus derivados líquidos.

Aloysio explica que a Lei 10.932/2004 alterou a Lei 6.766/1979 para suprimir os dutos das faixas de domínio público. O senador argumenta que o PLS 66/2014 pretende estender esse modelo ao restante de itens citados na Lei 6.766/1979. Assim, a reserva de faixa não edificável passa a ser definida de acordo com as peculiaridades de cada caso.

Audiência debate licença classista remunerada para servidor

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 11h, audiência pública sobre a licença classista remunerada (MP 632/2013).

Em maio deste ano, o Senado aprovou medida provisória autorizando os servidores federais a se licenciarem de seus cargos para exercerem mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito

nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão. A permissão já era concedida a servidores estaduais e municipais. Porém, a presidente Dilma Rousseff vetou emendas aprovadas pelo Congresso à medida, que, além da liberação sindical (licença classista) por conta da União, tratava do reajuste de categorias do funcionalismo.

Os principais vetos referem-se à garantia de licença remunerada para desempenho de mandato classista assegurada para um maior número de representantes de servidores de acordo com o número de representados.

De acordo com o projeto de lei de conversão (PLV) oriundo da MP, os sindicatos de até 5 mil associados poderiam contar com 2 servidores; de 5.001 a

30 mil associados, com 4 servidores; e de mais de 30 mil associados, com 8 servidores.

A presidente Dilma alegou que a licença classista representa um custo para os cofres públicos na ordem de R\$ 145 milhões, argumento que é contestado pelas entidades sindicais.

Foram convidados para a audiência a presidente do Con-

selho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Margarida Lopes de Araújo; o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Daro Marcos Piffer; e o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Cláudio Marcio Oliveira Damasceno, entre outros.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Juiz autoriza depoimento de Costa na CPI mista

Senadores e deputados deverão fazer acareação entre os ex-diretores Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa. Nova vinda de Costa ao Congresso foi autorizada pelo juiz Sergio Moro

O JUIZ FEDERAL Sergio Moro, responsável pelo processo da Operação Lava-Jato, autorizou a ida do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa à CPI mista que investiga irregularidades na estatal. Os parlamentares querem fazer uma acareação entre ele e o ex-diretor da área internacional da empresa Nestor Cerveró. Com a liberação, a comissão já marcou a data para o encontro dos dois ex-executivos: 2 de dezembro, às 14h30.

Acusado de integrar um esquema de corrupção na companhia, Paulo Roberto Costa cumpre prisão domiciliar no Rio de Janeiro depois de ter feito acordo de delação premiada com a Polícia Federal e o Ministério Público para contar o que sabe em troca de redução de pena.

Costa foi à CPMI em setembro, quando se recusou a falar aos parlamentares sob alegação de que poderia prejudicar seu acordo com as autoridades. Cerveró também já foi ouvido na CPI e negou acusações de que agiu de má-fé para prejudicar a Petrobras na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

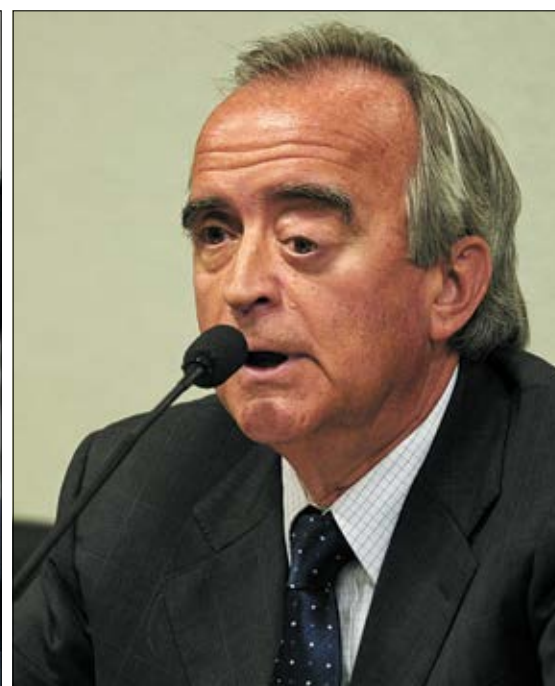
O pedido para a acareação partiu do deputado Enio Bacci (PDT-RS), que lembrou a importância de colocar frente a frente pessoas com duas versões diferentes:

— Paulo Roberto afirmou que Cerveró recebeu propina, sim. E Cerveró negou aqui, em 10 de setembro. Hoje, o noticiário reafirma isso. Então, vamos colocar os dois frente a frente — disse o deputado.

Depois da acareação marcada para 2 de dezembro, a



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

Na acareação, a CPI vai apurar se a acusação de Costa (E) de recebimento de propina por Cerveró (D) é verdadeira

CPMI se reunirá novamente no dia seguinte, desta vez para ouvir Ildo Sauer, diretor de Gás e Energia entre 2003

e 2007. O deputado Izalci (PSDB-DF) lembrou que a diretoria de Sauer foi citada por Paulo Roberto Costa como

integrante do esquema de corrupção. Izalci é autor de um dos requerimentos que pediram a oitiva.

Humberto nega recebimento de dinheiro e oferece sigilo

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PT-PE), respondeu, no domingo, reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que o acusa de ter recebido R\$ 1 milhão do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Em nota, o senador negou envolvimento no esquema de desvio de recursos na estatal, se dispôs a colaborar com os órgãos de investigação e ofereceu a abertura de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

Segundo o jornal paulista, Costa disse, em depoimento, que o líder do PT recebeu dinheiro irregular para a campanha em 2010.

O ex-diretor foi preso pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal (PF), que investiga um esquema de lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos. Ele firmou acordo de delação premiada com a PF e o Ministério Público para contar o que sabe em troca de redução da pena. Por conta desse acordo, o executivo ficou

calado quando chamado para depor na CPMI no Congresso.

Já no Plenário, ontem, Humberto também informou que encaminhou a nota ao Supremo Tribunal Federal, à Procuradoria-Geral da República e às Presidências das CPIs que investigam as denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras.

— Coloco-me à disposição para prestar os esclarecimentos a todos os órgãos de investigação e disponibilizo a eles meus sigilos bancário, fiscal e telefônico — declarou.

O senador disse ainda que está estudando todas as medidas legais cabíveis.

Ele afirmou, em entrevista a jornalistas depois da sessão plenária, que conheceu Paulo Roberto Costa em 2004, quando era ministro da Saúde. De acordo com o parlamentar, o relacionamento era institucional, “sem intimidade maior”. Costa era, à época, responsável pela implementação de investimentos importantes

Veja a nota de Humberto Costa:

Em relação à publicação do jornal *O Estado de S. Paulo* deste domingo, que relata supostas acusações do sr. Paulo Roberto Costa dirigidas a mim em delação premiada, afirmo que:

1. Todas as doações de campanha que recebi na minha candidatura ao Senado em 2010 foram feitas de forma legal, transparente, devidamente declaradas e registradas em minha prestação de contas à Justiça Eleitoral e inteiramente aprovadas, estando disponíveis a quem queira acessá-las;
2. Assim, nego veementemente ter pedido a quem quer que seja que solicitasse qualquer doação de campanha ao sr. Paulo Roberto;
3. Tal denúncia padece de consistência quando afirma que a suposta doação à campanha teria sido determinada pelo Partido Progressista (PP), por não haver qualquer razão que justificasse o apoio financeiro de outro partido à minha campanha;
4. Mais inverossímil ainda é a versão de que se o sr. Paulo Roberto não tivesse autorizado tal doação, correria o risco de ser demitido, como se eu, à época sem mandato e tão somente candidato a uma vaga ao Senado, tivesse poder de causar a demissão de um diretor da Petrobras;
5. Causa espécie o fato de que, ao afirmar a existência de tal doação, o sr. Paulo Roberto não apresente qualquer prova, não sabendo dizer a origem do dinheiro, quem fez a doação, de que maneira e quem teria recebido;
6. Conheci o sr. Paulo Roberto em 2004 e minha relação com ele se deu no campo institucional, no processo de implantação da refi-

naria de petróleo em Pernambuco, do qual participei assim como vários políticos, empresários e representantes de outros segmentos da sociedade pernambucana o fizeram;

7. Conheço e sou amigo de infância do sr. Mário Beltrão, presidente da Associação das Empresas do Estado de Pernambuco (ASSINPRA), que também foi participante da mesma luta pela refinaria. Porém, em nenhum momento eu o pedi e ele muito menos exerceu o papel de solicitar recursos ao Sr. Paulo Roberto para a campanha ao Senado de 2010;

8. Tenho uma vida pública pautada pela honradez e seriedade, não respondendo a qualquer ação criminal, civil ou administrativa por atos realizados ao longo de minha vida pública;

9. Sou defensor da apuração de todas as denúncias que envolvam a Petrobras ou qualquer outro órgão do Governo. Porém, entendendo que isso deve ser feito com o cuidado de não macular a honra e a dignidade de pessoas idôneas. O fato de o sr. Paulo Roberto estar incluído em um processo de delação premiada não dá a todas as suas denúncias o condão de expressar a realidade dos fatos;

10.guardo com absoluta tranquilidade o pronunciamento da Procuradoria-Geral da República sobre o teor de tais afirmações, ocasião em que serão inteiramente desqualificadas. Quando então, tomarei as medidas cabíveis;

11. Informo ainda que me coloco inteiramente à disposição de todos os órgãos de investigação afetos a esse caso para quaisquer esclarecimentos e, antecipadamente, disponibilizo a abertura dos meus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

da Petrobras em Pernambuco, como a Refinaria Abreu e Lima.

Humberto Costa criticou o vazamento do depoimento da delação premiada a apenas parte da imprensa e chamou

de “fantasiosa” a versão publicada pelo jornal.

— Primeiro ele [Paulo Roberto Costa] diz que esse recurso foi uma determinação do Partido Progressista para que fosse dado a mim. Eu não

consigo entender porque é que um partido vai dar apoio financeiro a um candidato de outro partido se o que eu vejo é todos os partidos reclamando da falta de recursos — argumentou.

Parlamentar defende nomes para ministérios Requião cobra fim do monopólio na mídia



Waldemir Barreto/Agência Senado

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), elogiou e defendeu os nomes que surgiram nos últimos dias como possíveis ministros para o segundo mandato da presidente Dilma. O senador afirmou não ver contradições entre o perfil dos citados e as bandeiras de seu partido e destacou que Dilma garantirá a unidade porque seguirá dando a última palavra em todas as áreas do governo.

Ele citou os nomes do senador Armandinho Monteiro (PTB-PE), cotado para o Mi-

nistério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do ex-secretário do Tesouro Nacional Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda; e do ex-secretário-executivo da Fazenda Nelson Barbosa para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

— A presidente jamais abrirá mão de ser a condutora da política do governo. Qualquer que seja a história dos ministros que venham a ser indicados, ela tem um compromisso, acima de tudo, com as propostas que apresentou nesta campanha e com o projeto que teve início com o presidente Lula em 2002 — disse.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

atentado à liberdade de imprensa ou ao cerceamento da liberdade de expressão.

Para ele, chama a atenção o fato de os empresários de comunicação e os contrários à regulação da mídia defenderem a liberdade de expressão e de imprensa, mas desrespeitarem o direito à informação e adotarem a parcialidade

Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou a interpretação que alguns setores fazem dos debates sobre a regulação da mídia ao vincularem o assunto à censura e compará-lo a um

em jornais, revistas, televisões e rádios.

— A regulação da mídia é condição inescusável para garantir a soberania nacional. E eu não estou falando em cerceamento da liberdade de expressão. Estou falando em impedimento do estabelecimento do monopólio midiático — disse o senador, afirmando que os grupos que monopolizam a mídia são entreguistas e historicamente se opõem aos interesses nacionais.

Requião citou como exemplo a cobertura das eleições deste ano, em que, para ele, ficou evidente a predileção da grande mídia por um candidato de oposição e a má-vontade com a candidatura da presidente Dilma Rousseff.

Senadores podem votar Lei Geral das Antenas

Plenário deve avaliar também projetos como o que define o emprego de armas não letais em ações policiais e o que permite o uso do espaço aéreo por militares estrangeiros

O PROJETO DA Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012) deve ser votado no Plenário do Senado hoje. A proposta chegou a constar em pauta na semana passada, mas o relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA), explicou que seria necessário fazer um último ajuste na redação.

Do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto foi modificado na Câmara dos Deputados e voltou para votação final no Senado. O relator manteve apenas parte das modificações feitas pelos deputados. O texto unifica regras para instalação e compartilhamento de torres, além de dar mais celeridade aos processos de autorização para as empresas de telecomunicações. Regras sobre licenciamento e limites para a radiação constam do projeto.

O Plenário também deve retomar a votação do PLC 34/2014 — Complementar, de autoria do Executivo, que determina os casos em que forças estrangeiras podem transitar ou permanecer em território brasileiro, facilitando a autorização, por exemplo, para que aeronaves militares estrangeiras sobrevoem o



Senador Walter Pinheiro é relator do projeto da Lei Geral das Antenas, que aguarda votação pelo Plenário do Senado

país em certas situações. A votação foi suspensa no dia 11 de novembro por falta de quórum. Por se tratar de um projeto de lei complementar, a aprovação da matéria depende de maioria absoluta, ou seja, 41 votos favoráveis.

Outra proposta na pauta é o substitutivo ao PLS 256/2005, que determina a prioridade do uso de armas não letais sobre as armas de fogo na

ação policial, desde que essa opção não coloque em risco a vida dos policiais. O texto foi aprovado na semana passada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com o projeto, armas não letais têm baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes e são projetadas para conter, debilitar ou incapacitar pessoas temporariamente. São

exemplo desse tipo de instrumento gás lacrimogêneo, balas de borracha, spray de pimenta e arma de eletrochoque, também conhecida como *taser*.

O autor do projeto, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), destaca o crescimento da violência na ação policial, resultando em grande número de mortes, em especial de jovens. Para reduzir as ocorrências e manter a integridade física de

peças em abordagens policiais, ele sugere disciplinar o uso da força pelos agentes de segurança, com prioridade para armas não letais.

Emendas

Também há diversas propostas de emenda à Constituição (PEC) na pauta do Plenário. A PEC 5/2005, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), determina que os brasileiros residentes no exterior poderão eleger representantes na Câmara dos Deputados.

As PECs 53/2007 e 56/2009 tratam de regras sobre transferência de terrenos de marinha e seus acrescidos. Já a PEC 46/2013, do senador Vital do Rêgo, disciplina a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no Sistema Único de Saúde (SUS) e na atenção básica à saúde.

As propostas de emenda à Constituição têm de passar, no Plenário, por cinco sessões de discussão em primeiro turno e três em segundo turno. Em cada etapa, para serem aprovadas, precisam de pelo menos 49 votos favoráveis, correspondentes a três quintos dos senadores.

16 DIAS DE ATIVISMO
Pelo fim da violência contra as mulheres

VOCÊ PODE COMETER MUITAS VIOLÊNCIAS SEM PERCEBER
 Moral • Física • Psicológica • Sexual • Patrimonial

Logos: GRUPO BANCO MUNDIAL, MPF, Correios, CTB, CNPG, SECTAREIA DE GÊNERO DA AMB, ANTI, CNU, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, CNP, CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, COMPREensão E ATITUDE, UNEGRO, ONU MULHERES, Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Ministério da Justiça, SUS, Ministério da Saúde, BRASIL, Secretaria da Mulher, CÂMARA DOS DEPUTADOS, Procuradoria Especial da Mulher, SENADO FEDERAL.